

Entre a desigualdade e o pluralismo

AMAURY DE SOUZA

Não se poupam crítica à situação do ensino no país, sobretudo do ensino de primeiro grau. A determinação constitucional de que o ensino básico seja universalizado para todas as crianças entre 7 e 14 anos de idade, tornando-o obrigatório e gratuito nas escolas públicas, tem sido repetidamente confrontada, no plano das realizações práticas, pela evidência de amplas desigualdades de acesso e de desempenho sofridas pelos alunos oriundos dos segmentos mais desfavorecidos da sociedade.

Não deixa, portanto, de ser sintomática a demonstração de perplexidade de analistas e do público em geral com os avanços registrados no passado recente. O excelente estudo de Philip R. Fletcher e Sérgio Costa Ribeiro sobre o ensino básico no Brasil, em 1982, mostra que pelo menos 90% das pessoas de cada nova geração tem, hoje acesso à escolarização. Neste sentido, pode-se afirmar que o ingresso na 1ª série do 1º grau já é praticamente universal. A exceção gritante é a população nordestina, principalmente as famílias de baixa renda que residem na área rural, entre as quais se registra a matrícula de apenas 64% das crianças em idade escolar.

Se o acesso à escola vem sendo progressivamente assegurado à grande maioria das novas gerações, não se pode dizer o mesmo da permanência dessas crianças até a conclusão do 1º grau. No geral, 76% das crianças entre 7 e 14 anos de idade frequentavam a escola em 1982. No que não é de surpreender, a evasão tende a penalizar desproporcionalmente as crianças de origem social

mais modesta, concentrando-se no fim da quarta série. Em parte, isto se deve à necessidade premente de incorporar as crianças ao mundo do trabalho o mais cedo possível, principalmente quando se trata de famílias que vivem da terra.

A evasão, entretanto, é também resultado das altíssimas taxas de repetência que seguem sendo uma característica marcante do ensino básico no Brasil. O estudo acima mencionado revela que a repetência representa atualmente a estereotípica cifra de 54% da matrícula total. Mais ainda: as diferenças entre regiões e classes sociais são indicativas do papel desempenhado pela repetência e, via de consequência, pela evasão escolar na manutenção das desigualdades educacionais. Assim é que, em 1982, enquanto a taxa anual de repetência na 1ª série das crianças do Sudeste urbano de alta renda era de 37% do total da matrícula, essa proporção subia para 74% no Nordeste rural de renda baixa.

A presença extremamente rarefeita do poder público no plano da educação pré-escolar em nada contribui para compensar as dificuldades encontradas pelas crianças mais pobres. Embora o Ministério da Educação venha empreendendo esforços significativos para proporcionar atendimento às crianças de 4 a 6 anos de idade, o ensino pré-escolar na rede pública é ainda muito limitado e precário. Reside aí, por certo, uma das causas da repetência da 1ª para 2ª série. Assinale-se, neste particular, que o Sudeste urbano de alta renda mais de 71% dos alunos entram na 1ª

série antes de completar 7 anos de idade. No Nordeste rural de baixa renda, não mais do que 31% o fazem.

A urgência com que a população encara a questão do ensino básico reflete-se, de maneira fidedigna, nos resultados da pesquisa realizada pelo Instituto Gallup. Aproximadamente 76% dos entrevistados foram taxativos ao atribuir ao Governo a responsabilidade pelo ensino pré-escolar, sem que se registrassem diferenças significativas entre os diversos grupos sociais.

Já a extensão da obrigatoriedade do ensino até os 16 anos de idade está longe de comandar o mesmo nível de consenso. É bem verdade que uma parcela substancial dos entrevistados (72%) considera que o ensino obrigatório deva ser ampliado. Outros 21%, entretanto, apolam o limite vigente de 14 anos, acompanhados de longe por uma fração de 6% dos entrevistados para os quais não deveria existir qualquer obrigatoriedade em qualquer idade. E o mais notável é que sejam precisamente os entrevistados de nível universitário os mais propensos a fixar em 14 anos a idade limite para a frequência obrigatória à escola (27%).

Essas diferenças, entretanto, esmaecem frente a uma segunda dimensão da questão educacional, a saber: o grau de pluralismo que deve prevalecer no ensino público. Menos por obra de debates esclarecedores do que pela influência de um sentimento instintivo de simpatia, 60% dos entrevistados consideram que, pelo menos em uma instância, o Português não deveria ser a língua obrigató-

ria nas escolas. Trata-se do direito das comunidades indígenas de ensinar as crianças em suas línguas nativas, contra o qual se manifestaram apenas 37% dos respondentes. À primeira vista, nada mais óbvio. Não obstante a isto, dificilmente se poderia esperar resultados semelhantes caso a pergunta fizesse referência ao ensino ministrado em línguas estrangeiras.

Mas é no tocante ao ensino religioso nas escolas que se revela a verdadeira escala do dissenso existente entre os diversos grupos sociais. Assinale-se, de início, a predisposição para a tolerância manifestada pela parcela majoritária dos entrevistados. De fato, 49% das pessoas ouvidas pela pesquisa afirmaram que o ensino religioso deveria ser permitido nas escolas, postos que sem obrigatoriedade para os alunos. Esse dado não deve todavia obscurecer a realidade do confronto de posições que caracteriza a outra metade da opinião pública. Dentre estes últimos, 30% desejam que o ensino religioso torne-se matéria obrigatória dos currículos escolares, ao passo que os 20% restantes advogam o seu confinamento às escolas confessionais. Talvez mais importante, esse confronto de opiniões tende a coincidir com a divisão entre classes sociais.

O desejo de que o ensino religioso continue restrito às escolas confessionais encontra respaldo entre 18% dos entrevistados de nível primário, proporção esta que sobe para 25% entre os entrevistados de nível superior.

Ao contrário, a obrigatoriedade do ensino religioso é apoiada por nada menos do que 44% dos entrevistados de nível primário contra apenas 11% dos entrevistados de nível superior.

Inverte-se, assim, a equação clássica dos debates sobre a questão do ensino básico, prioritariamente preocupados com a superação das desigualdades de acesso e de desempenho prevalentes entre os grupos sociais menos favorecidos. A importância decisiva destes debates encontra-se refletida no relativo consenso que a pesquisa revelou existir ao longo das estratificação social quanto ao imperativo da democratização de oportunidades. Há agora, porém, um novo item na pauta de reivindicação dos segmentos localizados no extremo inferior da pirâmide social — a obrigatoriedade do ensino religioso — mercê da influência neles exercida por orientações confessionais de cunho fundamentalista. Essa afirmação radical de pluralismo religioso, por sua vez, dificilmente encontrará ressonância nos segmentos mais favorecidos e melhor escolarizados da população, por mais ciosos que sejam da necessidade de eliminar as barreiras que perpetuam as desigualdades sociais.

Amaury de Souza é professor do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro e co-autor, com Carlos Matheus e Bolívar Lamounier, da pesquisa sobre a Constituição e o Congresso Constituinte realizada pelo Instituto Gallup de Opinião Pública.